



# BANCO BV S.A.

(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis do Banco BV S.A. relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.  
O Banco BV S.A. ("BV S.A.", "Companhia" ou antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas (comercial e de arrendamento mercantil), previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.  
Em reunião do Conselho da Administração do Banco Votorantim S.A., realizada em 7 de novembro de 2019,

foi aprovado o plano para transformação da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. em banco múltiplo, mediante adição de carteira comercial. Este plano foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2020 e em 19 de agosto de 2020, foram aprovadas as alterações da denominação social da BV Leasing para Banco BV S.A., bem como de seu objeto social para contemplar as atividades da carteira comercial.  
No semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco BV S.A. teve extintas as debêntures de sua emissão e subsequentemente, teve cancelado o registro de companhia aberta na categoria "B", o que foi efetivado em 04 de junho de 2020 junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).  
Em 31 de dezembro de 2020, o Banco BV S.A. registrou lucro líquido de R\$ 17,8 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 20,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzida a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2020 a Administração aprovou o pagamento de R\$ 4,9 milhões de dividendos sobre o lucro líquido de 2020, no encerramento do exercício de 2019, o valor de dividendos cabível aos acionistas sobre o lucro do período totalizou R\$ 4,0 milhões.  
A administração do Banco BV S.A. agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.  
São Paulo, 11 de março de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2020	31.12.2019
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7</b>	<b>3.306</b>	<b>627.839</b>
Disponibilidades		3.306	978
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	626.861
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2.948.491</b>	<b>748.882</b>	
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>			<b>1</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>			
<b>Carteira de crédito</b>	<b>91a</b>	<b>302.440</b>	<b>653.421</b>
Operações de crédito		933.976	-
Outros créditos com características de concessão de crédito		1.976.025	-
Operações de arrendamento mercantil		73.353	97.677
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(396.250)	(2.217)
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>12a</b>	<b>58.947</b>	<b>-</b>
<b>Ativos fiscais</b>		<b>813.681</b>	<b>525.012</b>
Ativos tributários correntes	21a.1	4.325	7.494
Ativos fiscais diferidos	21a.2	809.356	517.518
<b>Investimentos</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros investimentos		16.623	23.382
(Provisões para redução ao valor recuperável)		(16.623)	(23.382)
<b>Intangível</b>	<b>14</b>	<b>1.055</b>	<b>-</b>
Ativos intangíveis		2.348	186
(Amortização acumulada)		(1.293)	(186)
<b>Outros ativos</b>	<b>12a</b>	<b>55.922</b>	<b>35.305</b>
<b>TOTAL DO ATIVO (1)</b>		<b>3.822.455</b>	<b>1.937.038</b>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2020	31.12.2019
<b>Passivos financeiros</b>		<b>2.165.361</b>	<b>931.986</b>
Depósitos	15a	102.900	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	16a	-	931.986
Relações interfinanceiras	10a	1.882.004	-
Outros passivos financeiros	17	180.457	-
<b>Passivos fiscais</b>		<b>29.724</b>	<b>6.332</b>
Passivos tributários correntes	21b.1	21.972	347
Obrigações fiscais diferidas	21b.2	7.752	5.985
<b>Provisões para contingências</b>	<b>24d</b>	<b>28.478</b>	<b>23.682</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>17</b>	<b>39.000</b>	<b>7.868</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.559.892</b>	<b>967.170</b>
<b>Capital social</b>	<b>20a</b>	<b>1.300.131</b>	<b>932.512</b>
<b>Reservas de lucros</b>	<b>20b</b>	<b>250.338</b>	<b>25.680</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>20e</b>	<b>9.423</b>	<b>8.978</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO (1)</b>		<b>3.822.455</b>	<b>1.937.038</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>133.915</b>	<b>62.621</b>	<b>173.826</b>	<b>178.586</b>
Operações de crédito	11c	122.135	-	122.135	-
Operações de arrendamento mercantil	11c	3.491	7.774	8.921	20.829
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9c	8.289	54.847	42.770	157.757
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(407)</b>	<b>(43.103)</b>	<b>(9.323)</b>	<b>(137.972)</b>
Operações de captação no mercado	16b	(407)	(43.103)	(9.323)	(137.972)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>133.508</b>	<b>19.518</b>	<b>164.503</b>	<b>40.614</b>
<b>RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS</b>		<b>(87.286)</b>	<b>3.342</b>	<b>(86.864)</b>	<b>145</b>
(Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	11g.1	(87.286)	3.342	(86.864)	145
<b>RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(39.744)</b>	<b>(20.950)</b>	<b>(40.813)</b>	<b>(63.291)</b>
Receitas de prestação de serviços	18a	46.346	-	46.346	-
Rendas de tarifas bancárias	18b	51.499	-	51.499	-
Despesas de pessoal	18c	(14.188)	-	(14.188)	-
Outras despesas administrativas	18d	(65.847)	(3.586)	(67.488)	(5.897)
Despesas tributárias	21c	(25.513)	(2.133)	(27.911)	(42.120)
(Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes	24d.3	(355)	4.631	(497)	4.515
Outras receitas operacionais	18e	2.937	392	7.444	2.125
Outras despesas operacionais	18f	(34.623)	(20.254)	(36.018)	(21.914)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>6.478</b>	<b>1.910</b>	<b>36.826</b>	<b>(22.532)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>19</b>	<b>6.631</b>	<b>(7.551)</b>	<b>6.988</b>	<b>(6.930)</b>
Outras receitas		3.718	149	7.091	1.016
Outras despesas		(87)	(7.700)	(103)	(7.946)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>10.109</b>	<b>(5.641)</b>	<b>43.814</b>	<b>(29.462)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>21d.2</b>	<b>(13.819)</b>	<b>(382)</b>	<b>(24.100)</b>	<b>9.141</b>
<b>PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS</b>		<b>(1.959)</b>	<b>-</b>	<b>(1.959)</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO (1)</b>		<b>(5.669)</b>	<b>(6.023)</b>	<b>17.755</b>	<b>(20.321)</b>
<b>RESULTADO POR AÇÃO</b>		<b>6.631</b>	<b>(7.551)</b>	<b>6.988</b>	<b>(6.930)</b>
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (básico e diluído) - R\$		(7.884,56)	(11.809,80)	28.869,92	(39.845,10)
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído)		719	510	615	510
<b>Lucro/(prejuízo) líquido por ação</b>		<b>(10,97)</b>	<b>(13,55)</b>	<b>11,36</b>	<b>(7,81)</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)							
	Nota	Capital social realizado	Reservas de lucros legal	Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
<b>EVENTOS</b>							
<b>Saldos em 31.12.2018</b>		<b>932.512</b>	<b>45.000</b>	<b>5.013</b>	-	-	<b>982.525</b>
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos	20e	-	-	-	8.978	-	8.978
Dividendos intermediários		-	-	(4.012)	-	(4.012)	-
(Prejuízo) do período		-	-	-	-	(20.321)	(20.321)
Absorção do prejuízo		-	(19.320)	-	-	20.321	-
<b>Saldos em 31.12.2019</b>		<b>932.512</b>	<b>25.680</b>	<b>-</b>	<b>8.978</b>	<b>-</b>	<b>967.170</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>-</b>	<b>(19.320)</b>	<b>(5.013)</b>	<b>8.978</b>	<b>-</b>	<b>(15.355)</b>
<b>Saldos em 30.06.2020</b>		<b>932.512</b>	<b>26.851</b>	<b>-</b>	<b>11.581</b>	<b>22.253</b>	<b>993.197</b>
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos	20e	-	-	-	(1.896)	-	(1.896)
Incorporação da BV Financeira		367.619	100.080	111.753	(262)	-	579.190
Reversão de reserva legal		-	(283)	-	-	283	-
(Prejuízo) do período		-	-	-	-	(5.669)	(5.669)
Destinações:							
Dividendos	20c	-	-	11.937	-	(4.930)	(4.930)
Reserva estatutária para expansão		-	-	-	-	(11.937)	-
<b>Saldos em 31.12.2020</b>		<b>1.300.131</b>	<b>126.648</b>	<b>123.690</b>	<b>9.423</b>	<b>1.559.892</b>	<b>3.010.184</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>367.619</b>	<b>99.797</b>	<b>123.690</b>	<b>(2.158)</b>	<b>(22.253)</b>	<b>566.695</b>
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos	20e	-	-	-	707	-	707
Incorporação BV Financeira		367.619	100.080	111.753	(262)	-	579.190
Lucro líquido do período		-	-	-	-	17.755	17.755
Destinações:							
Reserva legal	20c	-	888	-	-	(888)	-
Dividendos	20c	-	-	-	-	(4.930)	(4.930)
Reserva estatutária para expansão		-	-	11.937	-	(11.937)	-
<b>Saldos em 31.12.2020</b>		<b>1.300.131</b>	<b>126.648</b>	<b>123.690</b>	<b>9.423</b>	<b>1.559.892</b>	<b>3.010.184</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>367.619</b>	<b>100.968</b>	<b>123.690</b>	<b>445</b>	<b>-</b>	<b>592.722</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do período</b>		<b>6.631</b>	<b>(7.551)</b>	<b>6.988</b>	<b>(6.930)</b>
<b>Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:</b>					
<b>Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>20e</b>	<b>(2.158)</b>	<b>8.978</b>	<b>445</b>	<b>8.978</b>
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(2.162)	14.963	14.351	14.963
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		-	-	(12.174)	-
Efeito fiscal (1)		4	(5.985)	(1.732)	(5.985)
<b>Resultado abrangente (2)</b>		<b>(7.827)</b>	<b>2.955</b>	<b>18.200</b>	<b>(11.343)</b>

O Lucro/(prejuízo) por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2021.

Inclui apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do período</b>		<b>6.631</b>	<b>(7.551)</b>	<b>6.988</b>	<b>(6.930)</b>
<b>Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:</b>					
<b>Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>20e</b>	<b>(2.158)</b>	<b>8.978</b>	<b>445</b>	<b>8.978</b>
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(2.162)	14.963	14.351	14.963
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		-	-	(12.174)	-
Efeito fiscal (1)		4	(5.985)	(1.732)	(5.985)
<b>Resultado abrangente (2)</b>		<b>(7.827)</b>	<b>2.955</b>	<b>18.200</b>	<b>(11.343)</b>

Inclui apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019		
<b>Fluxos de caixa provenientes das operações Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>43.814</b>	<b>(29.462)</b>		
<b>Ajustes ao lucro/(prejuízo) antes dos tributos e participações</b>		<b>93.217</b>	<b>5.153</b>		
Provisão/(reversão de provisão) para perdas associadas a carteira de crédito	11g.1	98.985	1.738		
Depreciações e amortizações	18d	110	-		
Provisão/(reversão de provisão) para perdas de investimentos por instrumentos financeiros	19	(6.759)	7.780		
(Lucro)/prejuízo na alienação de valores e bens	19	63	166		
Provisão/(reversão de provisão) para desvalorização de outros valores e bens	19	40	(87)		
Provisão/(reversão de provisão) para passivos contingentes fiscais e cíveis	24d.3	497	(4.515)		
Outras receitas e despesas operacionais		281	71		
<b>Resultado ajustado antes dos tributos e participações</b>		<b>137.031</b>	<b>(24.309)</b>		
<b>Variações patrimoniais</b>		<b>(1.103.848)</b>	<b>(1.567.339)</b>		
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		1	6		
(Aumento)/redução em títulos para negociação		1.405	2.354	442	
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras		397,473	-	-	
(Aumento)/redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil		(394.670)	94.406		
(Aumento)/redução em outros ativos		19.624	2.740		
(Aumento)/redução em ativos fiscais		2.019	(4.256)		
(Redução)/aumento em depósitos		(205.832)	-		
(Redução)/aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(931.986)	(4.020.146)		
(Redução)/aumento em passivos fiscais		(6.977)	3.375		
(Redução)/aumento em outros passivos		15.095	2.094		
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>		<b>(18.849)</b>	<b>(4.293)</b>		
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES</b>		<b>(985.666)</b>	<b>(1.595.941)</b>		
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de Investimento</b>					
(Aquisição/aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	(636.853)		
Alienação/redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		356.784	133		
Alienação/redução de investimentos		6.759	-		
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>363.543</b>	<b>(636.720)</b>		
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento</b>					
Dividendos/juros sobre o capital próprio pagos	26b	(4.930)	(14.012)		
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(4.930)</b>	<b>(14.012)</b>		
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(627.053)</b>	<b>(2.246.673)</b>		
Início do período		627.839	2.874.512		
Fim do período (1)		786	627.839		
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(627.053)</b>	<b>(2.246.673)</b>		

O acervo patrimonial da BV Financeira existente em 31 de julho de 2020 e incorporado ao Banco BV S.A. em 31 de agosto de 2020, foi desconsiderado nesta Demonstração dos Fluxos de Caixa por não envolver caixa e equivalentes de caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019		
<b>Receitas</b>		<b>162.724</b>	<b>156.527</b>		
Receitas de intermediação financeira		173.826	178.586		
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	18a/18b	97.845	-		
Resultado de provisão para perdas	11g.1	(86.864)	145		
(Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes	24d.3	(497)	4.515		



# BANCO BV S.A.

(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As operações de arrendamento mercantil são apresentadas sob ótica do método financeiro, sendo que as diferenças apuradas entre o valor presente das contraprestações dos contratos e saldo residual contábil dos bens arrendados são apresentadas na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

**Intangíveis**  
O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 14). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas - Amortização (nota explicativa 18d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Os intangíveis incluem os custos pagos na aquisição de investimentos, que correspondem ao valor que excede o valor patrimonial da investida, são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização.

**Lucro por ação**  
A divulgação do lucro (prejuízo) por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação. O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação da Companhia foi calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que a Companhia não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

**Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade**  
A Companhia avalia no mínimo anualmente se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras despesas administrativas ou Outras despesas operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

**Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:**  
**Investimentos:** A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ajuste, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados trimestralmente.

**Intangível:** *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como a divulgação dos prováveis, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos por ação de beneficiários econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável quadrimensalmente para *softwares* em desenvolvimento e anualmente para *softwares* concluídos.

**Bens não de uso próprio:** Imóveis - provisão constituída com base em laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja em BNDU há mais de 36 meses, independentemente da quantidade de leilões realizados para alienação do bem. Móveis - Para veículos a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos pátios. As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

**Benefícios a empregados**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento rege que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

A Companhia possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 23. Os valores referentes a participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei nº 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

**Depósitos, recursos de aceites e emissão de títulos**  
Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*. Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

**Tributos**  
Os tributos, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Alíquotas vigentes	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL <sup>(1)</sup>	20%
<b>Demais tributos</b>	
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

<sup>(1)</sup> O artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de qualquer espécie, de 15% para 20%, com vigência em 1º de março de 2020. Os efeitos da elevação da alíquota da CSLL passaram a ser refletidos nos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos existentes a partir de agosto de 2020.

<sup>(2)</sup> Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.  
Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste positivo resultante da diferença apurada entre o valor presente e saldo residual contábil dos bens arrendados da carteira de arrendamento mercantil.

**Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 24).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a Companhia constitui provisão para as demandas de natureza fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações enterradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

**Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

**PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**  
A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados em nossas Demonstrações Contábeis, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que não são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes são detalhados abaixo:

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito**  
Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 11f.

**Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários**  
A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativas:  
(i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;  
(ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;  
(iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo Banco ou suas empresas ligadas, que não seria considerada em condições normais;  
(iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor torna-se provável;  
(v) Desaparecimento de mercado não esperado para esse ativo devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

Não houve impacto significativo em provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários para os períodos apresentados.

**Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários**  
A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis.

O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 21.a.2.

**Valor justo dos instrumentos financeiros**  
Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 4f.

**Provisões e passivos contingentes - Fiscais e cíveis**  
Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, é constituída provisão para as demandas de natureza fiscal e cível através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 4q.

**Redução ao valor recuperável de outros investimentos, de ativos intangíveis e de outros ativos**  
O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4m.

**Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos na Companhia**  
A Administração acompanha diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições de câmbio e juros, dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte à seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso dos canais digitais. Com relação às operações de crédito, a Companhia possibilitou aos seus clientes (observadas determinadas condições) a renegociação de contratos que inclui a postergação do prazo de pagamento de parcelas e a extensão do prazo total destas operações, viabilizando assim um menor impacto nos fluxos de caixa de seus clientes neste cenário de pandemia.

As renegociações de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foram tratadas de forma diferenciada entre os segmentos operacionais. No Atacado, as análises de renegociações foram realizadas individualmente pela área de crédito e monitoradas pela área de Riscos. Essas análises foram baseadas nos impactos reais e estimados de cada empresa e seu respectivo setor. No Varejo, foram realizadas duas etapas de renegociações, sendo que primeira etapa (de março até maio/20) contemplou a postergação de 60 dias do prazo de pagamento de parcelas sem alteração da quantidade e do valor das parcelas. A segunda etapa (iniciada no final de maio/20), contempla opções de postergação de 30 ou 60 dias com juros, bem como de aumento do prazo do contrato reduzindo o valor da parcela mensal.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de Linha temporária especial de liquidez contribuíram para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

Os principais impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos a seguir e, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas:

• **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito**  
Fazendo frente à elevação do risco de crédito diante do cenário de pandemia, o processo de gestão desse risco foi redimensionado, contemplando os efeitos na qualidade creditícia, adequações nas políticas de concessão, estratégias de renegociações e revisões de *rating* e limites de crédito de clientes.

• **Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários**  
O acompanhamento da carteira de títulos e valores mobiliários é realizado de forma tempestiva, com revisões dos balanços e *ratings* das contrapartes. Não houve impacto significativo em provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários em decorrência da pandemia.

• **Projeção de resultados futuros para realização de créditos tributários**  
Os estudos de expectativa de realização dos créditos tributários consideram atualização das estimativas de resultado futuro da Companhia com os reflexos da COVID-19. Concluiu-se que os créditos tributários continuam previstos para realização dentro do prazo de 10 anos, conforme estabelecido pelas normas em vigor (Resolução CMN nº 3.059/2002).

• **Redução ao valor recuperável de investimentos, ativos intangíveis e outros ativos**  
Não foram observados impactos relevantes em decorrência da pandemia.

• **Provisões e passivos contingentes - Fiscais e cíveis**  
Não verificamos impactos relevantes nas contingências por conta da pandemia.

**RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE**  
Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, a Companhia considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Companhia.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido</b>	<b>(5.669)</b>	<b>(6.023)</b>	<b>17.755</b>	<b>(20.321)</b>
<b>(-) Eventos não recorrentes</b>	<b>(10.170)</b>	<b>(18.017)</b>	<b>(10.170)</b>	<b>(18.017)</b>
Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário	38.202	-	38.202	-
Impairment sobre o crédito tributário de prejuízo fiscal	(48.371)	-	(48.371)	-
Provisões prudenciais para perdas	-	(18.017)	-	(18.017)
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido recorrente</b>	<b>4.501</b>	<b>11.994</b>	<b>27.925</b>	<b>(2.304)</b>

**Sumário dos eventos não recorrentes:**  
**Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário** - Efeito no saldo de crédito tributário, em função da majoração da alíquota de contribuição social, de 15% para 20%, reconhecido na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social e *impairment* de crédito tributário de prejuízo fiscal.

**Impairment crédito tributário de prejuízo fiscal** - Baixa de créditos tributários de prejuízo fiscal, que passaram a ser controlados em âmbito fiscal no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), respaldado por estudo técnico.

**Provisões prudenciais para perdas** - Inclui provisões para contingências passivas e de ajuste de valor recuperável de ativos não financeiros.

	31.12.2020	31.12.2019
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades	3.306	978
Disponibilidades em moeda nacional	1.209	978
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.097	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez<sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>626.861</b>
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	-	626.861
<b>Total<sup>(2)</sup></b>	<b>3.306</b>	<b>627.839</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

<sup>(2)</sup> Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>				
<b>Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>				
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada	759	40.209	5.272	142.466
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	6	-	22	-
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>765</b>	<b>40.209</b>	<b>5.294</b>	<b>142.466</b>

<sup>(1)</sup> Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 9c).

### TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em dias	31.12.2020			31.12.2019		
	Valor justo	Total	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Total	Ajuste ao valor justo

	Sem 5 anos	De 1 a 5 anos	Após 5 anos de custo	Valor justo	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Ajuste ao valor justo
--	------------	---------------	----------------------	-------------	-----------------------	-------------	-----------------------

<b>1 - Títulos para negociação</b>	-	-	-	-	-	1.405	1.405
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	-	1.393	1.393
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	1.393	1.393
<b>Títulos privados</b>	-	-	-	-	-	12	12
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	12	12

<b>2 - Títulos disponíveis para venda</b>	43	297.090	5.307	285.300	302.440	17.140	637.053
<b>Títulos públicos</b>	-	297.090	-	279.445	297.090	17.645	636.853
Notas do Tesouro Nacional	-	297.090	-	279.445	297.090	17.645	636.853
<b>Títulos privados</b>	43	-	5.307	5.855	5.350	(505)	200
Cotas de fundos de investimentos	43	-	5.307	5.855	5.350	(505)	200
<b>Total (1 + 2)<sup>(1)</sup></b>	<b>43</b>	<b>297.090</b>	<b>5.307</b>	<b>285.300</b>	<b>302.440</b>	<b>17.140</b>	<b>638.458</b>

<sup>(1)</sup> Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

#### Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2020	31.12.2019
---------------	------------	------------

1 - Título para negociação	-	0%	1.405	0%
2 - Títulos disponíveis para venda	302.440	100%	652.016	100%
<b>Valor contábil/valor justo da carteira</b>	<b>302.440</b>	<b>100%</b>	<b>653.421</b>	<b>100%</b>

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2º Semestre/2020	2º Semestre/2019	Exercício/2020	Exercício/2019
--	------------------	------------------	----------------	----------------

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8a)	765	40.209	5.294	142.466
Títulos de renda fixa	9.874	14.626	42.137	15.261
Títulos de renda variável <sup>(1)</sup>	(2.350)	-	(4.665)	-
Aplicações em fundos de investimento	-	12	4	30
<b>Total<sup>(2)</sup></b>	<b>8.289</b>	<b>54.847</b>	<b>42.770</b>	<b>157.757</b>

<sup>(1)</sup> Inclui o resultado apurado na venda de investimentos por incentivos fiscais.

<sup>(2)</sup> Inclui apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

#### Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

### RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

#### Pagamentos e recebimentos a liquidar

	31.12.2020	31.12.2019
--	------------	------------

<b>Passivo</b>		
<b>Transações de pagamento</b>	<b>1.882.004</b>	-
Cartões de crédito	1.882.004	-
<b>Total<sup>(1)</sup></b>	<b>1.882.004</b>	-

Passivo circulante

<sup>(1)</sup> Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

#### CARTEIRA DE CRÉDITO

##### Carteira por modalidade

	31.12.2020	31.12.2019
--	------------	------------

<b>Operações de crédito</b>	<b>933.976</b>	-
Empréstimos e títulos descontados	933.976	-
<b>Outros créditos com características de concessão de crédito</b>	<b>1.976.025</b>	-
Operações com cartões de crédito	1.976.025	-
<b>Carteira de arrendamento mercantil (Nota 11b.1)</b>	<b>73.353</b>	<b>97.677</b>
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>2.983.354</b>	<b>97.677</b>

##### Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

(Operações de crédito)	(353.906)	-
(Outros créditos com características de concessão de crédito)	(41.994)	-
(Carteira de arrendamento mercantil)	(350)	(2.217)
<b>Total da carteira de crédito líquido de provisões<sup>(1)</sup></b>	<b>2.587.104</b>	<b>95.460</b>

Ativo circulante

<sup>(1)</sup> Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

##### Carteira de arrendamento mercantil

##### Operações de arrendamento a receber

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

</
----



—★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

g.2) Movimentação		Exercício/2019	Exercício/2019
		2.2017	599
Saldo inicial		2.217	599
Transferências (1)		435.477	-
Reforço/(reversão) (2)		98.985	1.738
Baixas para prejuízo		(140.429)	(120)
<b>Saldo final</b>		<b>396.250</b>	<b>2.217</b>

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

(2) Não contempla as rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados para prejuízo.

h) Concentração das operações de crédito		31.12.2020 (1)	% da carteira	31.12.2019	% da carteira
Maior devedor		10.836	0,36%	17.487	17,90%
10 Maiores devedores		61.195	2,05%	78.292	80,15%
20 Maiores devedores		72.988	2,45%	93.461	95,68%
50 Maiores devedores		81.481	2,73%	97.677	100,00%
100 Maiores devedores		85.460	2,86%	97.677	100,00%

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

i) Movimentação dos créditos renegociados		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Montante de créditos renegociados no período(1)(2)		69.708	25	69.708	25
Renegociados por atraso (3)		17.663	-	17.663	-
Renovados (4)		52.045	25	52.045	25

**Movimentação dos créditos renegociados por atraso**

Saldo inicial		31.12.2020	31.12.2019
Transferências (2)		39.344	-
Contratações		17.665	-
(Recebimento) e apropriação de juros		(12.135)	-
Baixa para prejuízo		(10.270)	-
<b>Saldo final</b>		<b>34.604</b>	<b>-</b>
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		28.185	-
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso		81,45%	-
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada		27.534	-
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso		79,57%	-

(1) Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso.

(2) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

(3) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(4) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

j) Outras informações		31.12.2020	31.12.2019
Créditos contratados a liberar (1)		3.408.043	-

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

12. OUTROS ATIVOS		31.12.2020	31.12.2019
<b>a) Composição</b>			
Outros ativos financeiros		58.947	-
Rendas a receber		1.593	-
Transações de cartão de crédito		57.354	-
<b>Outros ativos</b>		<b>55.922</b>	<b>35.305</b>
Outros valores e bens (Nota 12b)		7.083	628
Devedores diversos - No país		5.739	-
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 24f)		39.759	33.883
Valores a receber de sociedades ligadas		3.167	789
Outros		120	5
<b>Total (1)</b>		<b>114.869</b>	<b>35.305</b>
Ativo circulante		75.069	1.377
Ativo não circulante		39.800	3.928

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

b) Outros valores e bens		31.12.2020	31.12.2019
<b>Bens não de uso próprio</b>			
Veículos e afins		486	638
(Provisão para desvalorização)		(418)	(378)
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>7.015</b>	<b>368</b>
Despesas de serviços do sistema financeiro		41	45
Despesas de serviços técnicos especializados		-	127
Despesas de seguros		145	196
Despesas de programa de bônus e milhagens		6.829	-
<b>Total (1)</b>		<b>7.083</b>	<b>628</b>
Ativo circulante		7.042	583
Ativo não circulante		41	45

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

13. INVESTIMENTOS		31.12.2020	31.12.2019
Investimentos por incentivos fiscais		16.623	23.382
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)		(16.623)	(23.382)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

14. INTANGÍVEL		31.12.2020	31.12.2019		
<b>a) Composição</b>					
Valores de Amortização custo	Acumulada contábil	Saldo contábil	Valor de Amortização custo	Acumulada contábil	Saldo contábil
Softwares adquiridos	186	(186)	186	(186)	-
Softwares desenvolvidos	-	-	-	-	-
internamente	2.162	(1.107)	1.055	-	-
<b>Total (1)</b>	<b>2.348</b>	<b>(1.293)</b>	<b>1.055</b>	<b>186</b>	<b>(186)</b>

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

b) Movimentação		31.12.2019	Exercício/2020	31.12.2020
Softwares adquiridos		-	-	-
Softwares desenvolvidos internamente		-	1.165	(110)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>1.165</b>	<b>(110)</b>

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

c) Estimativa de amortização em 31 de dezembro de 2020		2021	2022	2023	2024	2025	Total
Valores a amortizar		331	331	272	97	24	1.055

15. DEPÓSITOS		31.12.2020	31.12.2019
<b>a) Composição</b>			
Depósitos interfinanceiros (1)		102.900	-
Passivo circulante		102.900	-

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 31 de dezembro de 2020		Até 3 meses	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos interfinanceiros		102.900	102.900	-
<b>Total</b>		<b>102.900</b>	<b>102.900</b>	<b>-</b>

16. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		31.12.2020	31.12.2019		
<b>a) Composição</b>					
Captações	Moeda emitido	Valor Remuneração a.a. (1)	Ano vencimento	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures (2)					
Pós-fixado	R\$	de 100,00% a 111,00% do DI	2006 2027	-	34.109
Letras de Arrendamento Mercantil					
Pós-fixado	R\$	de 101,00% a 103,00% do DI	2019 2020	-	897.877
<b>Total</b>					<b>931.986</b>
Passivo circulante					897.877
Passivo não circulante					34.109

(1) As taxas de remuneração referem-se às últimas operações existentes em 31 de dezembro de 2019.

(2) Conforme descrito na nota explicativa 1, o BV S.A. teve suas debêntures extintas e subsequentemente efetivado o cancelamento do registro junto à CVM.

b) Despesas com operações de captação no mercado		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Despesas de captações com depósitos		(91)	-	(862)	-
Depósitos interfinanceiros		(91)	-	(862)	-
<b>Despesas de captações no mercado aberto</b>		<b>(316)</b>	<b>-</b>	<b>(316)</b>	<b>-</b>
Carteira própria		(316)	-	(316)	-
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos		-	(43.103)	(8.145)	(137.972)
Letras de Arrendamento Mercantil		-	(42.172)	(7.794)	(129.848)
Debêntures		-	(931)	(351)	(8.124)
<b>Total</b>		<b>(407)</b>	<b>(43.103)</b>	<b>(9.323)</b>	<b>(137.972)</b>

17. OUTROS PASSIVOS		31.12.2020	31.12.2019
<b>Outros passivos financeiros</b>			
Comissões por intermediação de operações a pagar		180.457	-
Operações com cartão de crédito		63	-
Rendas antecipadas		109.788	-
Rendas antecipadas		70.606	-
<b>Outros passivos</b>		<b>39.000</b>	<b>7.868</b>
Provisão para despesas administrativas		12.566	6.171
Provisão para participação nos lucros e resultados		2.333	-
Provisão para despesas de pessoal		3.596	-
Obrigações legais (Nota 24g)		494	334
Credores diversos - No país		12.574	1.327
Valores a pagar a sociedades ligadas		7.437	36
<b>Total (1)</b>		<b>219.457</b>	<b>7.868</b>
Passivo circulante		219.457	7.868

(1) Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

18. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
<b>a) Receitas de prestação de serviços</b>					
Transações de cartão de crédito		46.089	-	46.089	-
Comissões sobre seguros		257	-	257	-
<b>Total (1)</b>		<b>46.346</b>	<b>-</b>	<b>46.346</b>	<b>-</b>

(1) Inclui a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

b) Rendas de tarifas bancárias		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Rendas de cartão de crédito		51.499	-	51.499	-
<b>Total (1)</b>		<b>51.499</b>	<b>-</b>	<b>51.499</b>	<b>-</b>

(1) Inclui a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

c) Despesas de pessoal		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Honorários, pró labore e outros (Nota 22)		(318)	-	(318)	-
Benefícios		(1.550)	-	(1.550)	-
Encargos sociais		(2.061)	-	(2.061)	-
Proventos (1)		(9.787)	-	(9.787)	-
Treinamentos		(321)	-	(321)	-
Previdência privada complementar		(151)	-	(151)	-
<b>Total (2)(3)</b>		<b>(14.188)</b>	<b>-</b>	<b>(14.188)</b>	<b>-</b>

(1) Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

(2) Inclui a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não havia empregados registrados na Companhia.

d) Outras despesas administrativas		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Água, energia e gás		(42)	-	(42)	-
Aluguéis		(1.900)	(4)	(1.904)	(10)
Comunicações		(7.119)	(1)	(7.119)	(1)
Manutenção e conservação de bens		(194)	-	(194)	-
Material		(35)	-	(35)	-
Processamento de dados		(27.559)	(356)	(27.893)	(1.136)
Promoções e relações públicas		(41)	-	(41)	-
Publicações		-	(16)	(136)	(141)
Propaganda e publicidade		(1.813)	(13)	(1.813)	(22)
Serviços do sistema financeiro		(5.122)	(176)	(5.181)	(227)
Serviços de terceiros		(452)	(77)	(606)	(80)
Serviços de vigilância e segurança		(32)	-	(32)	-
Serviços técnicos especializados		(13.002)	(2.619)	(13.570)	(3.269)
Transportes		(196)	-	(196)	-
Viagens		(27)	-	(27)	-
Emolumentos judiciais e cartorários		(264)	(292)	(479)	(633)
Seguros		(71)	(14)	(95)	(34)
Impostos e multas de bens arrendados		(4.568)	(16)	(4.712)	(340)
Amortização		(110)	-	(110)	-
Outras (1)		(3.300)	(2)	(3.303)	(4)
<b>Total (2)</b>		<b>(65.847)</b>	<b>(3.586)</b>	<b>(67.488)</b>	<b>(5.897)</b>

(1) Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

(2) Inclui a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

e) Outras receitas operacionais		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Atualização de depósitos em garantia		1.597	(292)	1.871	671
Recuperação de encargos e despesas		621	584	877	1.218
Varição monetária ativa		49	100	209	236
Ressarcimento de multas de tributos pagos a mais		-	-	3.817	-
Outras		670	-	670	-
<b>Total (1)(2)</b>		<b>2.937</b>	<b>392</b>	<b>7.444</b>	<b>2.125</b>

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

(2) Inclui a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da BV Financeira, após o referido evento.

f) Outras despesas operacionais		2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
Custos associados à produção - Parceiros comerciais(1)		(2.191)	-	(2.191)	-
Demandas fiscais		(114)	(17.671)	(141)	(17.740)
Demandas cíveis		(3.242)	(2.480)	(4.334)	(3.983)
Perdas operacionais		(20.686)	(72)	(20.707)	(72)
Outras		(8.390)	(31)	(8.645)	(119)
<b>Total (2)(3)</b>		<b>(34.623)</b>	<b>(20.254)</b>	<b>(36.018)</b>	<b>(21.914)</b>

(1) Referem-se, principalmente, às comissões sobre acordos comerciais com lojistas.

(2) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado



# BANCO BV S.A.

(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)  
CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

—★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	Demandas fiscais <sup>(1)</sup>				Demandas cíveis <sup>(2)</sup>			
	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
	<b>Saldo inicial</b>	<b>19.692</b>	<b>23.073</b>	<b>19.315</b>	<b>23.106</b>	<b>4.132</b>	<b>5.240</b>	<b>4.367</b>
Transferências <sup>(3)</sup>	—	—	—	—	4.299	—	4.299	—
Constituições	12.462	15.095	12.462	15.095	1.763	877	2.087	1.352
Reversão da provisão	(37)	(1.225)	(241)	(1.259)	(1.467)	(480)	(1.745)	(736)
Baixa por pagamento	(16.965)	(17.666)	(17.230)	(17.666)	(1.953)	(1.196)	(2.540)	(1.806)
Atualizações <sup>(4)</sup>	836	38	1.682	39	5.716	(74)	6.022	466
<b>Saldo final</b>	<b>15.988</b>	<b>19.315</b>	<b>15.988</b>	<b>19.315</b>	<b>12.490</b>	<b>4.367</b>	<b>12.490</b>	<b>4.367</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS.

<sup>(2)</sup> Referem-se basicamente a ações indenizatórias.

<sup>(3)</sup> Inclui montantes referentes a incorporação da BV Financeira.

<sup>(4)</sup> Em demandas cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

### d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2020	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	11.290	12.490
De 5 a 10 anos	4.698	—
<b>Total</b>	<b>15.988</b>	<b>12.490</b>

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

### d.3) (Provisão)/reversão de provisão para passivos contingentes

	2º Semestre/ 2020	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2020	Exercício/ 2019
	<b>Total</b>	<b>(355)</b>	<b>4.631</b>	<b>(497)</b>

### e) Passivos contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

#### Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2020	31.12.2019
	Demandas fiscais <sup>(1)</sup>	140.015
Demandas cíveis	1.319	831
<b>Total</b>	<b>141.334</b>	<b>130.702</b>

<sup>(1)</sup> Discussão sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017, cujo montante atualizado do débito totaliza R\$ 109.841 (R\$ 99.499 em 31 de dezembro de 2019). Outra discussão de valor relevante refere-se a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição. Valores em 31 de dezembro de 2020: IRPJ R\$ 13.770 e CSLL R\$ 5.513 (IRPJ R\$ 13.408 e CSLL R\$ 5.368 em 31 de dezembro de 2019).

### f) Depósitos em garantia de recursos

#### Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2020	31.12.2019
	Demandas fiscais	25.460
Demandas cíveis	14.299	9.424
<b>Total</b>	<b>39.759</b>	<b>33.883</b>

### g) Obrigações legais

O BV S.A. mantém registrado em contas específicas de Outros passivos - Obrigação legal, o montante de R\$ 494 (R\$ 334 em 31 de dezembro de 2019) em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegura o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

## 25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

### 1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado, do qual o Banco BV S.A. é integrante. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (Gestão, Hedge/Seguros ou Capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (RBAN);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco de socioambiental;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (*Asset Liability Management*), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557 do Bacen, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS)

e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um *dashboard* constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em [www.bancobv.com.br/ri](http://www.bancobv.com.br/ri). Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

#### a) Risco de crédito

- Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:
  - Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
  - Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
  - Reestruturação de instrumentos financeiros; e
  - Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

#### b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

#### c) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

#### d) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

#### e) Risco socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais.

A gestão de risco socioambiental deve observar a legislação ambiental aplicável, bem como avalia e monitora os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido, a fim de identificar, mensurar e mitigar os riscos de crédito, legal e de reputação decorrentes de eventos socioambientais inerentes às atividades de seus clientes. O gerenciamento de risco socioambiental no Conglomerado visa subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

Os procedimentos de gerenciamento de risco socioambiental durante a concessão de crédito são realizados através de metodologias de análise que determinam o *rating* socioambiental, inserido no processo de atribuição do *rating* de crédito.

O Conglomerado é signatário dos Princípios do Equador, iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em *project finance* (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

### 2) Processo de gestão de capital

A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557, e Circular Bacen nº 3.846, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP),

contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

#### a) Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na Instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a Instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

#### a.1) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR/RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal/RWA);
- Índice de Nível I (Nível I/RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular Bacen nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução CMN nº 4.615.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência desde janeiro de 2018:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquida de passivos fiscais diferidos;
  - ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
  - ativos atuais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquido de passivos fiscais diferidos a eles associados;
  - (iv) participação de não controladores;
  - (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
  - (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
  - (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
  - (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2018, alterada posteriormente pela Resolução CMN nº 4.784/2020, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2021 e 100% até 31.12.2021) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior.
- O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013 e alterações posteriores.
- Em 31 de dezembro de 2020, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 14,64% (15,10% em 31 de dezembro de 2019).
- Em atendimento à Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas na [website: www.bancobv.com.br/ri](http://www.bancobv.com.br/ri).

## 26. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

#### Seguros vigentes:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Riscos cobertos	25.603	230	31.584	211

### b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>932.512</b>	<b>25.680</b>	<b>958.192</b>	
Recursos provenientes da destinação de resultado	4.930	—	12.825	17.755
<b>Variações com efeito de caixa (4.930)</b>	<b>(4.930)</b>	<b>—</b>	<b>(4.930)</b>	<b>(4.930)</b>
Dividendos pagos	—	—	—	—
<b>Variações sem efeito de caixa</b>	<b>367.619</b>	<b>211.833</b>	<b>579.452</b>	
Incorporação da BV Financeira	—	367.619	211.833	579.452
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>1.300.131</b>	<b>250.338</b>	<b>1.550.469</b>	
	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>10.000</b>	<b>932.512</b>	<b>50.013</b>	<b>992.525</b>
Recursos provenientes da destinação de resultado	—	—	(20.321)	(20.321)
<b>Variações com efeito de caixa (10.000)</b>	<b>(10.000)</b>	<b>—</b>	<b>(4.012)</b>	<b>(14.012)</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.000)	—	(4.012)	(14.012)
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>—</b>	<b>932.512</b>	<b>25.680</b>	<b>958.192</b>

## A DIRETORIA

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3

## Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do Banco BV S.A.

(Anteriormente denominado BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.) São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco BV S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BV S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

</